

«O TEMPO E O MODO» N.º 33

Provas enviadas à Censura em

...3.º de/..2..... de 196..5



prima do Seu trabalho: «Que cousa há que eu devesse faer-te, ó homem..., que não tenha feito?... Tudo empreguei e despendi contigo. Criei-te quando não eras, tirando-te dos abismos do não ser ao ser; dei-te um corpo formado com minhas mãos, o mais perfeito; dei-te uma alma tirada das minhas entranhas e feita à minha imagem e semelhança.» (1).

Somos autores de nós mesmos, o ser não nos foi dado uma vez por todas, é uma permanente realização, uma constante conquista. A nossa dignidade consiste em nos determinarmos em possibilidades opostas. A autenticidade do nosso ser ou do nosso fracasso depende da resposta que soubermos dar ao desafio do meio, de cumprirmos ou não a nossa responsabilidade. A acção do homem é a sua melhor definição: «Quando vos perguntarem quem sois, não vades revolver o nobiliário de vossos avós; ide ver a matricula das vossas acções; o que faeis, isto sois e nada mais. A verdadeira fidalguia é a acção» (5).

Analisado o conceito de homem, vamos assistir à consideração do campo definido pela interacção das pessoas, a sociedade.

O GOVERNO DOS HOMENS — A SENSIBILIDADE À PÁTRIA

Que pensa Vieira daqueles que, como ele, se recortam do mesmo estofa da história, que com ele comungam do mesmo mundo vivo?

Que diz ele dos portugueses?

A primeira tónica que nos refere é o seu Cristianismo bárbaro: «Somos católicos de credo, e herejes de mandamentos» acentuando a cisão entre o que professamos e o que fazemos, a nossa perpétua nostalgia da acção.

Arastados por um zelo mal entendido: «Se V. Ex.ª ouvira rir os mais santos e mais doutos homens do Mundo, das implicações a que nós chamamos zelo da Fé, perdendo-se milhares de léguas dela quando cuidamos que queremos conservar polegadas!» (6).

Mais católicos que o Papa: «é cismático desatino resistir ao Sumo Pontífice com pretexto e pretensão de ser mais católico que o Vigário de Cristo, se é que Portugal não quer seguir o caminho da Inglaterra.» (7).

Tem uma consciência muito aguda da divisão interna do país; à

«O TEMPO E O MODO» N.º 33

Provas enviadas à Censura em

...30 de12..... de 1965



desordem no poder civil corresponde idêntica situação nos homens da Igreja: muitos reis e muitos papas.

Não deixa de apontar os nossos defeitos mais profundos: «*nós temos a nossa desunião, a nossa inveja, a nossa presunção, o nosso descuido e a nossa perpétua atenção ao particular.*»⁽⁸⁾.

Vieira vinca a nossa incapacidade de nos elevarmos a uma visão universal; a impossibilidade de ultrapassarmos as razões parcelares e regionais e nos erguemos à razão, o que tanta perturbação causa à vida do país.

Salienta a nossa mal entendida humildade, tantas vezes subserviência; dizia já Garcia de Resende no prólogo do Cancioneiro: «*a natural condiçã dos portugueses he mica escreuere cousa q façam*», o que se reflecte necessariamente na ignorância das nossas coisas no estrangeiro: «*Não tenho paciência para ler as gazetas do mundo, e ver falar nelas de todos os príncipes e reinos, e só do nosso um perpétuo silêncio, como se fora Portugal um canto de terra incógnita.*»⁽⁹⁾.

Tudo isto o leva a desesperar sobre o estado do país: «*Portugal está no mais miserável estado em que nunca o conheci nem considereei, e a maior miséria é o nosso engano, e a maior guerra a nossa mal entendida paz.*»⁽¹⁰⁾.

Nas cortes a onde o chama a dedicação à terra-mãe, não sem razão nos tratam por «cafres da Europa».

A paixão cega-nos para as nossas próprias coisas: «*Deus nos mude as condições, quee nquanto formos portugueses, não sei se faremos coisa digna de tão honrado nome.*»⁽¹¹⁾.

Vieira sabe que há uma providência em cujo juízo a nossa existência está mais segura que no nosso; apela para ela ainda que duvidoso: «*não lhe esperando outro remédio senão o do Céu, e não ainda o da Providência ordinária, senão o da milagrosa, e mais que milagrosa, pois se observa no Evangelho que, curando Cristo todos os géneros de enfermidades e ressuscitando mortos, a nenhum doido sarou.*»⁽¹²⁾.

A sua impotência, a extraordinária lucidez, levam-no a lamentar-se da natureza e má condição lusíada que não pode consentir que luzam nela os filhos grandes e ilustres.

«*Pátria amada, Pátria incrédula.*» «*depois de ter nascido em Por-*

Provas enviadas à Censura em

30 de12..... de 1965



tugal, a maior felicidade fora ou não chegar ao uso da razão ou tê-lo perdido». (13).

Por isso, quem experimentou novos céus e viu outras gentes, somente pode clamar: «Só o esquecimento de Portugal me pode levar a Portugal.»

Numa crise de angústia a que não são alheias circunstâncias muito concretas (estava em Roma, depois de cativo da Inquisição, e receoso de regressar apesar de instado por D. Pedro II), lança o brado terrível: «*Ingrata Patria, non possidebis ossa mea*».

No século XVII a ideia de pátria estava ligada intimamente à ideia de monarquia. O rei é o «vicarius Dei» o «vices gerens multitudinem» mas agora denunciando um direito divino ou, pelo menos, uma ordem natural, reflexo do Absoluto. Hobbes e Bossuet, os teóricos opostos do Absolutismo, são contemporâneos de Vieira.

Mas ele não ignora as exigências de um governo justo que aprendera com os teólogos puristas espanhóis, com Suarez e a sua concepção do Estado como organismo moral, com Mariana e a legitimidade do tiranicídio, Vitoria e o seu generoso Jus gentium: «*Cuidam, ou devem cuidar alguns príncipes que, assim como são superiores a tudo, assim são senhores de tudo, e é engano. A lei da restituição é lei natural e lei divina. Enquanto lei natural, obriga aos reis, porque a natureza os fez iguais a todos; e enquanto lei divina, também os obriga, porque Deus, que os fez maiores que os outros, é maior que eles.*» (14).

A corrupção dos governantes é constantemente flagelada. Veja-se, por exemplo, o vigor com que fustiga os que vão ao Brasil: «*Perde-se o Brasil, Senhor (digamo-lo em uma palavra), porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, vêm cá buscar os nossos bens. Assim como dissemos que se perdeu o mundo, porque Adão fez só metade do que Deus lhe mandou, em sentido averso, guardar sim, trabalhar não, assim odemos dizer, que se perde também o Brasil, porque alguns dos seus ministros não fazem mais que a metade do que el-rei lhes manda. El-rei manda-os tomar Pernambuco, e eles contentam-se com o tomar. Se um só homem que tomou, perdeu o Mundo, tantos homens a tomar, como não se há-de perder um Estado?*» (15).



É ainda o parecer pedido por D. João IV, sobre a forma administrativa do Maranhão, que demonstra um agudo conhecimento dos homens e das suas reacções: «...manda V. M. diga meu parecer sobre a conveniência de haver neste Estado ou dois capitães-mores ou um só governador. Eu, Senhor, raões políticas nunca as soube, e hoje as sei muito menos; mas por obedecer direi toscamente o que me parece. Digo que menos mal será um ladrão que dois; e que mais dificultoso serão de achar dois homens de bem que um.»⁽¹⁶⁾.

Mas o que o aflige mais nos governantes é o pouco respeito pelo tempo, a irresolução, peste do Governo: «Uma das cousas que se devem acusar e fazer grande escrúpulo os ministros, é do pecado do tempo. Porque fizeram no mês que vem o que se havia de fazer no passado; porque fizeram depois, o que se havia de fazer agora; porque fizeram logo, o que se havia de fazer já. Tão delicadas como isto devem ser as consciências dos que governam, em matéria de momentos... E a que mandamento pertencem estes pecados do tempo? Pertencem ao sétimo... e a uma república não se lhe pode fazer maior dano que furtar-lhe instantes... Não haverá quem enforque estes ladrões do tempo, estes salteadores da ocasião, estes destruidores da república?»⁽¹⁷⁾.

Este sentido da urgência é, nele, uma constante. Oprime-o o estado de sítio em que o país vive, o abandono por parte das potências europeias, a ameaça constante sobre as nossas fronteiras, aqui e nas colónias, a pobreza dos nossos meios de defesa, a incompetência dos que governam, os erros psicológicos: «O rei há-de permitir com dissimulação, para tirar com suavidade; há-de deixar crescer o trigo com cizânia, para arrancar a cizânia, quando não faça mal às raízes do trigo. Todo o zelo é mal sofrido, mas o zelo português mais impaciente que todos. A qualquer reliquia dos males passados, a qualquer sombra das desigualdades antigas, já tomamos o céu com as mãos, porque não está tudo mudado^a porque não está emendado tudo.»⁽¹⁸⁾.

Parece-me axial esta imagem do trigo e do joio, que o Evangelho manda que se deixem crescer juntos e os Poderes Públicos que se arranque de nascença, para compreender muitos factos, surpreender muitas linhas de desenvolvimento da nossa cultura desde o século XVI. É como que uma esteriliação feita pela supressão do elemento diabético, um gnosticismo em política, um maniqueísmo em cultura.

E porque fez ele próprio a experiência do governo ou, pelo menos,

de conselheiro do Rei, não deixa de fazer justiça: «*Não há terra mais difícil de governar que a pátria, nem há mando mais mal sofrido, nem mais mal obedecido que o dos iguais.*» (19).

Um outro elemento me parece adquirir o valor de um símbolo na visão social de Vieira: é aquilo que designo por «vontade de resistência». Trata-se de uma projecção mítica que se pode considerar a inversão total da «vontade de poder» (*wille zur macht* em termos germânicos, *libido dominandi*, em termos latinos). É o pôr-se como realidade que conquista a sua autonomia frente a outrem, que se opõe. Esse inimigo suporta múltiplas faces: tanto é o que nos combate próximo, como o que julgamos ameaçar-nos de longe, tal é por exemplo, o Turco, como o Inimigo, sem determinação, o Mistério de iniquidade, o Anti-Cristo. Este elemento parece desempenhar uma função catalizadora, quando não, de inibição.

O TEMPO DOS HOMENS — A SENSIBILIDADE À HISTÓRIA

A profunda ambiência bíblica do seu pensamento leva-o a considerar que a Sagrada Escritura ao mesmo tempo que é a história do Povo Judeu — das Magnalia Dei — contém toda a história da Criação, e de todos os povos, desde as origens à consumação final. A história desdobra-se num duplo movimento: o do acontecimento, decisão divina quanto à ordem das coisas e o da sucessão, que apresenta ao mesmo tempo uma continuidade e uma descontinuidade, e constitui assim um progresso.

Vivendo num século providencialista, a história constitui para ele um plano definido, limitado, que para os Padres da Igreja consistia na «semana cósmica». O sentido da Providência é eminentemente escatológico. E o Deus de Vieira é o Deus Vivo, de Abraão, de Isaac, de Jacob, Deus de homens. Um Deus que faz irrupção na nossa história, mantendo um diálogo por palavras humanas.

Ao descrever este fluxo e refluxo que é a história, a imagética cénica impõe-se: «*É este Mundo um teatro; os homens as figuras que nele representam, a história verdadeira dos seus sucessos uma comédia de Deus, traçada e disposta maravilhosamente pelas ideias da sua Providência.*» (20).

Será a obscuridade deste plano, as coisas futuras estando envoltas



nas penumbras do nosso «status viae», que lhe permitirá as construções ousadas de uma imaginação riquíssima.

O tempo também aparece como actor, tempo rico, pleno, quadro necessário da nossa existência terrestre: «O tempo, como o Mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que vamos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa.» (21).

Daqui a noção muito viva dae relatividade das coisas: «Quem quiser verclaramente a falsidade das histórias humanas, leia a mesma história por diferentes escritores, e verá como se encontram, se contradizem e se implicam no mesmo sucesso, sendo infalível que um só pode dizer a verdade e certo que nenhum a diz.» (22).

Vieira afirma com nitidez o progresso, o respeito daquilo que, criado no tempo, supera o tempo. A sua reacção é enérgica contra os idólatras do passado: «Porque, como bem disse o mesmo Séneca, saber só o que os antigos souberam, não é saber, é lembrar-se... Estes tais haviam de ter a testa virada para as costas, como dizem os Italianos dos Alemães, que todos se ocupam na erudição do passado, sem descobrir nem inventar cousa nova.» (23).

Considera grave esta atitude da consciência por demais reverente do que é passado. É uma atitude paralisante, autofágica: «Não é o tempo senão a razão, que dá o crédito e a autoridade... A antiguidade das obras é um acidente extrínseco que nem tira nem acrescenta validade. As Trevas foram mais antigas que o Sol e os animais que o homem. O Testamento Velho não é mais perfeito que o Novo, por ser mais antigo, nem o Novo perde a perfeição e excelência que tem sobre o Velho, por ser mais novo... A mais nova entre todas as coisas do Mundo, foi o mesmo Mundo.» (24).

Um progresso muito querido e muito íntimo ao homem. Mas o tempo não é uma realidade autónoma que por si se imponha. Ele deriva da criação das coisas, ele é um nome dessa criação: Todas as coisas deste Mundo, por grandes e estáveis que pareçam, tirou-as Deus com o mesmo Mundo, do não ser ao ser; e como Deus as criou do nada, todas correm precipitadamente, e sem que ninguém as possa ter mão, ao mesmo nada de que foram criadas.» (25).

SERVIÇO DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

«O TEMPO E O MODO» N.º 33

Provas enviadas à Censura em

30 de 12 de 1965.



Esse nada que é muito positivo, de que foram feitas e que as encerra e as circunda como um canal, obrigando-as a concentrarem-se, universos misteriosos, ricos de uma profundidade ontológica e que quem ser tratados com respeito e amor.

Tendo como que acompanhado as etapas da formação da consciência, vou procurar aprendê-la em si própria, nas direcções por que se determina. Fui levado a afixar-lhe um esquema, decerto provisório, mas que me surgiu como necessidade de método. Vi-a expandir-se em trs dimensões: demiúrgica, escatológica e ecuménica.

AS DIMENSÕES DA CONSCIÊNCIA

A CONSCIÊNCIA DEMIÚRGICA, AMIGA DO REAL HISTÓRICO CONCRETO

É como que o poder plástico de Vieira sobre os acontecimentos. Das suas mãos eles saem plasmados em formas diversas e muito concretas.

O seu poder de iniciativa, a sua capacidade de acção, essa afirmação de si «ad extra», levam-no a inserir-se em múltiplas circunstâncias, debruçar-se sobre zonas tão regionais do quotidiano governo, como seja a restauração da Marinha, onde as caravelas são «escolas de fuga, quando não nos envergonhamos de se saber no mundo que consta a nossa armada de três fragatas»: «E nós cuidamos que, com ter duas gôndolas em passar a Salvaterra, somos reis de aquém e além-mar... A nossa pobreza de espírito nos poderá segurar o reino do céu, mas não sei se o da terra.»⁽²⁶⁾.

Amor ao concreto que se revela na sua política de casamentos, nos contactos diplomáticos, nas soluções comerciais que propõe. Realismo que o levava a defender os judeus, a integrar o país na vida europeia. Que o levava, por exemplo, a defender e justificar o suporte económico da missionação: «Quando os deuses de Tróia passaram a Itália, Anquises levava os deuses na mão, e Eneias levava às costas a Anquises. Os prégadores levam a Fé aos reinos estranhos, e o comércio leva às costas as portas e, depois que o comércio bateu a elas, as teve abertas e francas? O primeiro rei de Portugal que se intitulou rei do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, foi o que introduziu a Fé na Índia, na Pérsia, na Arábia e na Etiópia.»⁽²⁷⁾.

SECRETARIA GERAL
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



Realismo que o faz atento às realidades sociais dos países por onde anda em missão, como, por exemplo, no conselho que dá aos portugueses que não casem com francesas devido à condição da mulher francesa, criada em grande liberdade, «com largueza excessiva de gastos e apetites, que em França não tiram crédito, e em Portugal não são toleráveis.»

Realismo que o faz consubstanciar uma variedade de ocupações de jurista a estratega: «os dois nervos da guerra são gente e dinheiro, e que gente e que dinheiro é hoje o que temos? A gente é tão pouca, que para qualquer rebate de Alentejo é necessário tirar os estudantes das Universidades, e os oficiais das tendas, e os lavradores do arado. Pois com que gente havemos de acudir às quatro partes do mundo, e em cada parte destas a tantas partes? O dinheiro ainda é menos.» (28).

Tal submissão ao dado objectivo condiciona toda a visão e todos os juízos de valor sobre as realidades sociais do seu tempo; embora nele seja contínuo um apelo às armas pela salvação da Pátria, sacode-o um desejo veemente de paz, a condenação da guerra, fruto da sede de poder dos príncipes e do próprio Papa, fazendo ressoar, num assenso eramiano, o «dulce bellum inexpertis»: «Dá um exército batalha contra outro exército, metem-se os homens pelas pontas dos piques, dos chuços e das espadas, e porquê? Porque houve quem os engodou e lhes fez isca com dois retalhos de pano. A vaidade entre os vícios é o pescador mais astuto e que mais facilmente engana os homens. E que faz à vaidade? Põe por isco na ponta desses piques, desses chuços e dessas espadas dois retalhos de pano, ou branco, que se chama hábito de Malta, ou verde, que se chama de Aviz, ou vermelho que se chama de Cristo ou de Santiago; e os homens por chegarem a passar esse retalho de pano ao peito, não separam em tragar e engolir o ferro.» (29).

Este amor ao concreto vai permitir-lhe, mesmo nos mais altos momentos de eufórico utopismo, manter-se articulado à terra, de um bom senso inexpugnável, num equilíbrio emocional profundo.

É que, para ele, não são universos distintos, o real e a sua transfiguração profética.

A CONSCIÊNCIA ESCATOLÓGICA, PROFÉTICA, AMIGA DO FUTURO

Surge, geralmente, a consciência messiânica, nas épocas de crise,

AUTORIZADO
COM
CORTES

«O TEMPO E O MODO» N.º 33

Provas enviadas à Censura em

30 de/2..... de 1965.



de abalar de estruturas, de desfazer de valores, como recurso. Perante as condições adversas do mundo circundante, um monstro informe de energias e de matérias, o homem refugia-se numa torre de cristal, que tanto pode estar nos tempos pacíficos do passado, como nos tempos pacíficos do passado, como nos tempos esperançosos do futuro. Uma e outra forma, recusando a plenitude do instante, vão abolindo a significação própria do 'hic et nunc', criando 'um mundo fechado'.

Ora o século XVII português é um século de profunda crise: quase meio século de ocupação estrangeira, o depauperamento de uma expansão demasiado absorvente, a nossa radical incapacidade de organização levando a um desperdício de esforços, a própria crise do mundo europeu assistindo à derrocada da preponderância espanhola e à ascensão do 'século de Luís XIV'.

A escatologia de Vieira insere-se num contexto social e numa corrente nacional tradicional; basta-me citar Frei Gil, Bandarra e a historiografia alcobacense. Só que nele recebe o vigor de uma síntese, a generalidade de um ideal.

Trata-se da aplicação a Portugal de textos da Bíblia, especialmente de Daniel, Isaías, Jeremias, de modo particular Isaías que denomina de «o cronista de Portugal», e onde lê, por um malabarismo de exegese, a figura e os efeitos da personagem, agora mítica, do Infante D. Henrique.

Como solução aos males presentes, o destino da Pátria surge como força catalizadora, Portugal o assunto, Portugal o centro, Portugal o teatro, Portugal o princípio e o fim das novas maravilhas.

Vieira ilumina os acontecimentos do tempo presente com a luz vivíssima do fim da história. É essa restauração final de todas as coisas entre si, no homem, com Deus, que confere sentido a estas sombras de realidade que só ganham consistência e dignidade enquanto referenciadas ao 'oitavo dia'.

Tendo muito viva a consciência da plenitude dos tempos, sabendo que aquilo que o homem espera como uma realidade que sacie, Deus o entende como sinal, Vieira apropria-se da noção de V Império, acontecimento futuro, como que uma segunda libertação do Egipto, em que se consumirá o nosso destino heróico, na fusão de um povo novo, no coração de uma recriação geral do Universo, a instauração do reino social de Cristo na Terra.

Há algo na designação, de intenção e conteúdo que se assemelha à hodierna "Vigésima quinta hora". É aquele Tempo que vem no fim do tempo. E uma e outra foram julgadas blasfemas.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO COM
CORTES

perderiam a eficácia geradora de alegria, e não destruiriam o universo ritual a que o Povo de Israel se habituara.

Esta afirmação prova bem o extraordinário espírito de abertura, ainda hoje, e a propósito do mesmo problema, inultrapassado.

Os índios:

É maravilhosa a sua odisséia pela humanização dos índios. Lutando contra os interesses dos colonos, contra as condições climáticas, contra o primitivismo indígena, resistindo à tentação de edificar com eles uma teocracia como os jesuítas haviam de fazer no Paraguai, criando um Estado dentro de outro Estado.

O facto de milhares de homens viverem no desespero em condições indignas de homens é um insulto a Cristo, porque a vida terrestre deve apoiar-se na lei natural e no Evangelho.

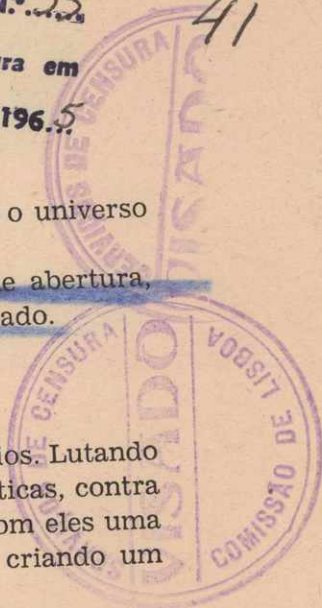
Vieira não transfere para o contacto com os índios, a noção idealista de natureza humana, obstracção feita não somente dos indivíduos, mas das condições diferentes introduzidas pela geografia, a raça, o meio, a educação. São homens, essa é a grande afirmação. Mas o que na Europa se considerava especificamente humano, não está presente neles: «padecem de uma invencível ignorância do Direito natural, porque muitos têm o furto como uma cousa sumamente gloriosa, e por isso se aplicam a ele desde meninos, nutrem-se de carne dos seus inimigos, e, de mais, comem os seus próprios filhos e cometem outras obscenidades, sem que se lhes ensine o contrário, antes pela sua omissão são repreendidos e castigados... os Tapias têm tão rombo entendimento, que muitos não são capazes de aprender mais que três números»³².

Pois se tal é a condição natural dos índios, como é que ele diz: «os gentios do Maranhão não são inimigos da Fé, nem martirizam por ela, nem sabem que cousa seja; nem os padres que os vão buscar os reduzem a vir por meio da Fé, senão por razões, promessas e conveniências humanas»³³.

Acentuo: "razões, promessas, conveniências humanas" triade donde se exclui a força, a imposição do dogma, que revela um infinito respeito pela dignidade da pessoa humana, toda ela se reduzindo à consciência e à liberdade.

Sobre as violências que lhes foram feitas não me alongo. Testemunho só o seu grito de revolta: «No Estado do Maranhão, Senhor, não há

SERVÍCIOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES





outro ouro nem outra prata mais que o sangue e suor dos índios: o sangue se vende nos que cativam e o suor se converte no tabaco, no açúcar e nas mais drogas que com o sditos índios se lavram e fabricam. Com este sangue e suor se enche e se enriquece a cobiça insaciável dos que lá vão goevrnar»³⁴.

Aponto mais um aspecto que me parece de grande interesse: o apontar de um racisco indígena e que Vieira nos deixa ver com a peculiar lucidez: «Exortava o padre a certo gentio velho que se baptizasse, e ele respondeu que o faria para quando Deus encarnasse a segunda vez, e, dando o fundamento do seu dito, acrescentou que, assim como Deus encarnara uma vez para remir os brancos, assim havia de encarnar outra vez em uma donzela índia para remir os índios, e que então se baptizaria»³⁵.

Os Negros:

Mais trágica e dolorosa ainda que a dos índios é a situação dos Negros. Povo arrancado da terra que o gerara, árvores de raízes ao sol, imagem adequada da humilhação e da dor: «Os senhores poucos, os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os senhores banquetecendo, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros; os senhores tratando-os como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé apontando para o açoute, como estátuas de soberba e tirania, os escravos prostados com as mãos atrás, como imagens vilíssimas da servidão e espectáculo de extrema miséria... Estes homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Cristo? Estes corpos não nascem e morrem como os nossos? Não respiram o mesmo ar? Não os cobre o mesmo céu? Não os aquece o mesmo sol?»³⁶.

Extraordinário de Cristianismo, a identificação que faz entre o povo negro escravo e Cristo. São um só, Cristo crucificado. E não de um modo metafórico. Realmente cumprem na sua carne e na sua alma a mesma paixão de Cristo. As condições infra-humanas em que existem são ainda uma presença amorosa de Deus: «Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado... Cristo despido e vós despidos; Cristo sem comer e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo! Os ferros, as prisões, os açoutes, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada da paciência, também terá merecimento de martírio»³⁷.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

«O TEMPO E O MODO» N.º 33

Provas enviadas à Censura em

30 de 12 de 1965



Deus que libertou um povo do Egipto, não deixará de libertar este. Surdos aos elementares direitos da justiça, os senhores de engenho não deixa de ouvir algumas palavras, poucas, mas tremendas: «*Qui in captivitate duxerit, in captivitate vadet — todo aquele que cativar, será cativo —. Olhai para os dois pólos do Brasil, o do Norte e o do Sul, e vede se houve jamais Babilónia nem Egipto no Mundo, em que tantos milhares de cativos se fizessem, cativando-se os que faz livres a natureza, sem mais direito que a violência, nem mais causa que a cobiça, e vendendo-se por escravos*».

Grande amor para tão corajosas palavras; amor à liberdade, amor violento e criador: «*Mas não é necessário ir às religiões; ide à Turquia, ide ao Inferno; porque não pode haver turco tão turco na Turquia, nem demónio tão endemoinhado no Inferno, que diga que um homem livre pode ser cativo*».

A UNIDADE

A integração destas dimensões num espaço único, de contornos bem definidos, é dada, isto é, dá-se, num processo dialéctico por tese e antítese. O pensamento de Vieira parece procurar no jogo das opiniões, na posição antitética, não um simples meio de expressão mais vinculativa, mas o próprio enriquecimento da matéria expressa. O real é demasiado rico e denso para se deixar apreender linearmente. Exige uma série de visões sucesivas e alternadas da realidade. O homem existe muito fôra de si; daí que, quando tiver de fazer ou refazer a sua unidade frente ao mundo das coisas, da comunidade de seres, crie determinada linguagem, ou determinados universos de linguagem, que são sempre sugestão, nunca expressão total. É isto que faz Vieira.

Apesar da esquematização do real ser bipartida, Vieira não é um maniqueu. O pessimismo funciona nele como processo de evidenciar melhor o luminoso optimismo. Confiança natural, um sentido da Criação como algo irredutivelmente gratuito.

A tradução da dialéctica faz-se pela incidência de motivos e pela sobreposição de temas. Assume como principais formas as seguintes, que me permito apresentar esquemáticamente: a analogia, uma mentalidade do maravilhoso; uma imagética lúdica e cénica; a ironia; a afirmação, desdobrando-se em coragem; uma mitologia (cosmologia) em que os dados da síntese científica do mundo se desfocaram.

A mediação do símbolo impõe-se como a via mais rica de acesso à realidade, que nenhum progresso poderá tornar inútil; o sonho e o mito apresentam-se como traduções, mas ninguém dispõe do texto original, encerrando em totalidades concretas poéticas, o mundo primitivamente dado.

MANUEL JOSÉ DO CARMO FERREIRA

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



- 1 *Obras Escolhidas*, vol. XII, pg. 216, Ed. Clássicos, Sá da Costa.
- 2 Cit. por L. Avelino, in *Brotéria*, vol. 72.
- 3 *O. E.*, vol. X, pg. 62.
- 4 *O. E.*, vol. XII, pg. 249-250.
- 5 Cit. por L. Avelino, loc. cit.
- 6 *O. E.*, vol. II, pg. 51.
- 7 *O. E.*, vol. IV, pg. 113.
- 8 *O. E.*, vol. III, pg. 73.
- 9 *O. E.*, vol. II, pgs. 28-29.
- 10 *O. E.*, vol. II, pg. 103.
- 11 *O. E.*, vol. I, pg. 82.
- 12 *O. E.*, vol. II, pg. 127.
- 13 *O. E.*, vol. II, pg. 233.
- 14 *O. E.*, vol. XII, pg. 157.
- 15 *O. E.*, vol. X, pgs. 104-105.
- 16 *O. E.*, vol. II, pg. 215-216.
- 17 *O. E.*, vol. XII, pgs. 138-139.
- 18 *O. E.*, vol. X, pg. 178.
- 19 *O. E.*, vol. X, pg. 115.
- 20 *O. E.*, vol. VIII, pgs. 149-150.
- 21 *O. E.*, vol. VIII, pg. 137.
- 22 *O. E.*, vol. VIII, pg. 7.
- 23 *O. E.*, vol. VIII, pg. 163.
- 24 *O. E.*, vol. VIII, pg. 159.
- 25 *O. E.*, vol. XII, pg. 212.
- 26 *O. E.*, vol. II, pg. 119-120.
- 27 *O. E.*, vol. IX, pg. 103.
- 28 *O. E.*, vol. III, pg. 70.
- 29 *O. E.*, vol. XI, pg. 185.
- 30 *Jer.*, 1, 10.
- 31 *O. E.*, vol. II, pg. 187.
- 32 *O. E.*, vol. IX, pg. 201.
- 33 *O. E.*, vol. V, pg. 285.
- 34 *O. E.*, vol. V, pg. 333.
- 35 *O. E.*, vol. V, pg. 115.
- 36 *O. E.*, vol. XI, pg. 49-50.
- 37 *O. E.*, vol. XI, pg. 32.

26

«O TEMPO E O MODO» N.º 33

Provas enviadas à Censura em

30 de 12 de 196..5



Handwritten signature

RESPOSTA A EMBAIXADA DO PAQUISTÃO

1. Segundo a Embaixada do Paquistão em Lisboa «nem muitos dos factos mencionados pelo escritor nem as conclusões a que se chegou são justas e razoáveis». Como autor, ou escritor, do artigo cabe-me, em primeiro lugar, agradecer a atenção, de que o referido artigo foi alvo, e, depois, tentar apurar os factos e esclarecer as conclusões.

2. Convém desde já notar que as conclusões não são razoáveis para a Embaixada do Paquistão que, como parte interessada que é, não pode, necessariamente, ser objectiva e imparcial.

3. Segundo a Embaixada do Paquistão o seu país é descolonizado e independente. Tal declaração só tem valor desde que confrontada com a realidade! Ora a realidade é que o Paquistão fez parte da defunta CENTO, faz parte da SEATO, organismo militar completamente dependente dos Estados Unidos e que, quando a Índia ainda era um país neutral, o Paquistão era declaradamente pró-americano, sendo a América declaradamente pró-Paquistão (e este «declaradamente» inclui alguns biliões de dólares de ajuda económica e militar). Assim, o Paquistão é «tão independente quanto a interdependência das nações podia permitir».

Quanto à colonização do Paquistão, faço notar nunca ter eu dito, escrito, suposto ou insinuado, que o Paquistão estava ocupado por alguma potência estrangeira (mal informado, sim, mas não tanto) já que não se pode considerar como ocupação as bases militares que os Estados Unidos aí têm. Queria apenas fazer ressaltar que não tendo a independência política formal sido seguida por uma linha de neutralidade em relação aos vários blocos, nem por uma política de desenvolvimento capaz de assegurar essa política, o Paquistão se integrou, melhor ou pior, a mal ou a bem, no bloco americano, que «the line of containment» passava pelo Paquistão, que o Paquistão fazia parte do grupo de países subdesenvolvidos que habitualmente se designam por neo-colonizados.

4. Quanto à irracionalidade da questão de Caxemira, as estruturas mentais do Ocidente e do Oriente, sua incomunicabilidade, etc., o que eu pretendia dizer é que o conflito de Caxemira se inseria num contexto específico, mas não exclusivamente asiático, que, portanto, ambas as partes tinham motivações complexas e pouco evidentes para um ocidental, que, entre outras coisas, está a milhares de quilómetros, que a apreensão dessas motivações se reveste de certa dificuldade, como aliás a carta da Embaixada do Paquistão vem provar, já que parece eu não ter compreendido plenamente a algo subtil posição paquistanesa.

Serviços de Censura
CORTADO

Serviços de Censura
(SÉ DE CENSURA)
CORTADO

NOTEMPO E O MODO» N.º 33
 Enviado à Censura em
 30 de Março de 1965



5. Levanta a carta da Embaixada do Paquistão um problema que me parece interessante. O povo de Caxemira, diz-se, *«deseja viver uma vida separada própria com os seus irmãos de raça»*. Não sei se esta afirmação é verdadeira, mas o que me interessa é que a raça não é argumento bastante para sustentar um estatuto político e, sobretudo, para o manter. Efectivamente o conceito não só é ocidental, como talvez demasiado ocidental.

6. Afirma-se ainda que, além dos referidos tumultos indo-muçulmanos, tinham-se registado quinhentos tumultos nos últimos dezoito anos. De notar, (a) que tomamos por boas as afirmações da Embaixada do Paquistão, mas que (b) não sabemos a amplitude dos tumultos, nem (c) qual a sua origem.

7. Quanto à afirmação de que o grosso do exército indiano combatia o Paquistão, lembro apenas que o teatro de guerra tinha 1600 milhas quadradas e que o exército indiano tem cerca de um milhão de soldados. Seria impossível arrumar o grosso dum tão grosso exército em espaço tão reduzido.

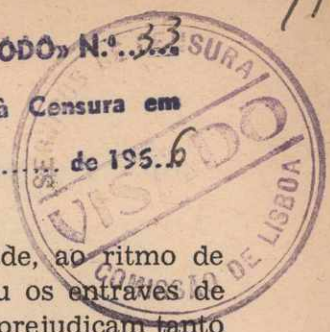
8. Gostava também de lembrar que, no próximo passado conflito, foi o Paquistão quem primeiro violou fronteiras internacionais disputadas.

9. Quanto ao desejo indiano de subjugar o Paquistão, quero fazer notar: (a) não ter eu dito o que a Índia deseja, mas o que não podia e não queria; (b) que há uma diferença entre o constituição duma nação única no su-continente (que a Índia quer) e a constituição dessa nação através da derrota do Paquistão, numa guerra forçosamente total; (c) que, aliás, a Índia não quis, pois, das 360 777 milhas do território paquistanês, atacou cerca de 0,5 por cento.

10. Queria terminar lembrando que o artigo em questão não atribuía as culpas de tudo ao Paquistão, já que nele se dizia *«na actual guerra as culpas parecem caber por inteiro ao Paquistão, mas numa visão mais retrospectiva a acção da Índia não está isenta de responsabilidades»*.

Nem o autor acredita na noção de culpa histórica única, dada a socialidade e polivalência dos fenómenos históricos, nem, no caso concreto de Caxemira e a acreditar em tal noção, ela seria aplicável a qualquer das partes contendoras.

LUIS SALGADO DE MATOS



sível a compreensão do texto, sobretudo, à velocidade, ao ritmo de representação para que foi escrito. As resistências ou os entraves de assimilação léxica e até sintática são tão perniciosas e prejudicam tanto a cadência de espectáculo como as quebras de encenação.

V. M. G. — Com risco de escandalizar, defenderei uma posição de purismo extreme. Diria que a primeira condição para o teatro português ser teatro (desculpem, não pretendo ofender ninguém, nem estou, aliás, a referir-me a qualquer interpretação especial) é que o português aprenda a dizer a sua língua. Não há arte de dizer entre nós. Quando ouvimos qualquer peça, perdemos grande parte do texto, seja ele do século XVI, seja actual, simplesmente porque não percebemos o que se diz, como não percebemos o que é dito quando canta um cantor ou uma cantora portuguesa. Primeira condição, portanto, é saber dizer, saber pronunciar, articular as palavras ao ritmo que a representação impões, segundo a psicologia própria da personagem, mas em português, português claro, bem distinto e até, se quisermos, martelado. Não há dúvida que, ouvindo o TEUC representar o *Breve Sumário da História de Deus* não se perde nem uma palavra e o público acompanha o texto do princípio ao fim. Não é o único caso.

Tenho também verificado que o público popular está muito mais perto do texto vicentino do que o público burguês destas pseudo-cidades, que são as nossas, que não estão ainda na civilização e já não estão no campo. Na realidade, a nossa burguesia cujas leituras são essencialmente em língua estrangeira, conhece muito pouco a literatuara portuguesa, conhece muito mal a nossa língua e até mesmo boa parte dos nossos escritores está longe de a conhece muito mal a nossa língua e até mesmo boa parte dos nossos escritores está longe de a conhecer como devia... Essa burguesia perdeu já o sentido de uma linguagem popular. Por outro lado, não tem a cultura suficiente para ler Gil Vicente e o assimilar, porque a linguagem dele não é a sua. E isto porquê? Porque não temos ensino primário, como não temos ensino secundário, nem sequer superior. Se, na realidade, dezenas de milhares d portugueses tivessm ensino secundário e lessem Gil Vicente e lessem Camões e lessem todos os escritores portugueses, para amar a literatura portuguesa e não apenas para dividir orações, estou absolutamente certo que Vil Vicente seria em grande parte compreendido. O que é necessário é que se generalize a prparação cultural, é qu se dê a todos os portugueses essa preparação e não uma cultura de ersatz. Aí é que me

SERVÍCIOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

«O TEMPO E O MODO» N.º 33

Provas enviadas à Censura em

...do de 1966

Ref. Dezembro 1965



G. Q. — Sente-se uma certa dificuldade, mas não só por uma questão de vocabulário, é a própria construção do texto vicentino que é difícil para o intérprete. Apanhar toda a subtilidade que, às vezes, só uma frase contém é muito difícil. Há uma multiplicidade de sentimentos e de situações em pouco espaço. Gil Vicente é terrível nisso, num único verso sintetia várias situações. Trazê-las ao público é o trabalho do intérprete.

L. L. C. — E não exige alterações no texto?

G. Q. — Acho que não exige alterações.

L. L. C. — Era exactamente sobre isso que eu gostava de ouvir qual é a sua experiência, que parece que não coincide com a do C. F. Citou-se agora o caso do TEUC, em que rapazes e raparigas dizem de uma forma perfeita. Disse V. M. G. que o público acompanha o texto do princípio até ao fim e parece-me que você, G. Q., não chegou a dizer se concordava que isso era assim. O público acompanha o texto do princípio ao fim ou acompanha o sentido geral do texto do princípio até ao fim, ajudado por elementos que não são propriamente a palavra e que, ou fazem parte do jogo do actor, a que eu aludia há pouco, ou fazem parte da encenação que o Prof. Paulo Quintela tão bem fez. Eu creio que é mais o sentido geral do auto, que o texto todo, o que se compreende. Mas talvez isso seja o essencial e não seja necessário mais nada. Talvez V. M. G. pudesse...

V. M. G. — Quero dizer duas coisas sobre o assunto. Primeiro, que se ouvem todas as palavras, podendo-se identificá-las, o que nem sempre sucede quando se ouve actores portugueses. Segundo, que, ouvindo todas as palavras mesmo que se não saiba o sentido exacto de todas, se pode apanhar o sentido todo.

L. L. C. — Fiz uma pergunta à G. Q. que não foi respondida. Gostaria de a ouvir e ao C. F. sobre se, a manter o texto fielmente, lhes parece possível comunicá-lo ao público.

G. Q. — Acho que sim.

L. L. C. — E acha isso preferível?

G. Q. — Parece-me que sim.

L. L. C. — Sacrificando a compreensão de um ou outro pormenor?

G. Q. — Acho que sim, porque isso acontece com todo o teatro. O público nunca está apto a perceber todo o vocabulário que ouve.

C. F. — Vejamos, portanto. Primeiro, para responder claramente a essa pergunta, quero, antes de mais, dizer a V. M. G. o seguinte: quando me referi às dificuldades do teatro vicentino, estava a pensar nas realizações concretas que podemos fazer dentro do condicionalismo social presente. Estou inteiramente de acordo com V. M. G. quando diz que

SERVIÇOS DE CENSURA (SÉD) AUTORIZADO COM CORTES

«O TEMPO E O MODO» N.º 33

Provas enviadas à Censura em

...1.º de de 1966

Ref. Dezembro 1965



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
COM

uma cultura séria, um ensino liceal sério, tornaria talvez este problema gratuito. Mas não temos esse ensino. Quanto ao actor português que articula mal e diz mal, não me compete a mim defendê-lo. Até porque sou um actor português. Mas lembro também que eses actor português vive num condicionalismo. Que não tem escola. Que não tem conservatório. Que não tem cultura geral. Quase tudo o que se faz é por improvisação, por intuição. O actor português nem sequer tem tempo para ensaiar as suas peças como qualquer outro actor lá fora, porque tem geralmente que o fazer em escassas semanas. Agora, quanto ao público, há realmente um público que entende, eu também já fiz *tournées* ao ar livre, gratuitas, para todo o povo, e o povo, na verdade, entende melhor Gil Vicente. É indiscutível. Mas é preciso notar o seguinte: quando damos numa terra qualquer um único espectáculo, vamos apanhar uma camada de pessoas interessadas — que há sempre — e que podem seguir o espectáculo. Tendo o teatro aberto noites sucessivas, mesmo a peça *O Homem que Fazia Chover*, que estou agora a representar no teatro Villaret e que é facilíma, escapa boa parte do público. Note-se que até o público do segundo mês é mais difícil de dominar que o do primeiro. A razão disso é que se vai chegando a outras camadas mais afastadas do teatro, que vai lá gente que tem dificuldade em perceber. E, exactamente ao pôr esta necessidade d actualização dos textos vicentinos, eu penso nas grandes camadas de público. O público mais difícil é o público pequeno-burguês, que nós temos nas grandes cidades, até porque é o que vem com mais preconceitos.

Há mesmo frases que hoje já têm outro sentido por causa duma anedota ou por causa dum *slogan* e que quando a dizemos em cena provocam uma gargalhada. Contudo, a situação não é cómica e ficamos muito surpreendidos. Isso passa-se nas grandes cidades, não se deve passar nas aldeias, mas é exactamente para os grandes públicos, e não para o público popular que ainda tem vocábulos e formas vicentinas, nem para o público de eruditos de Coimbra ou de eruditos de qualquer outra cidade que o problema se põe. É esse público que vai às bilheteiras todas as noites, é essa camada, que nós precisamos de conquistar para o teatro vicentino também. Era isto o que se me oferecia dizer sobre a questão público. Quanto à minha experiência, devo dizer que nunca representei textos vicentinos adaptados. Vou dar um exemplo completo: o *D. Duardos*. Numa representação na íntegra o público durante toda a primeira parte em que há mais exteriorização, mais espectáculo visual, em que há figuras pitorescas, segue com muito interesse. Quando chegava à parte lírica propriamente dita, às grandes falas

144
«O TEMPO E O MODO» N.º 33

Provas enviadas à Censura em

10 de de 1966

Ref. Dezembro 1965



mos previamente «o que é que se fez?». Ora na realidade o Gil Vicente artista, a estética vicentina, está por estudar. E é lamentável que neste país, que tanto se masturba em passado, não haja instituições de cultura que se lembrem de o estudar, todo esse passado, em toda a sua riqueza, a sério. No caso da obra de Gil Vicente: Pode-se seguir um caminho, que foi o de António José Saraiva, até hoje o mais lúcido intérprete do conjunto da obra vicentina e de longe... que é o das personagens que entram nessa obra, e sua situação social, a sua acção. Proporia um outro caminho. Vou ver se consigo explicar em breves palavras: seria o da análise, além de muitas outras possíveis, das imagens, das comparações, que subjazem tantas vezes na poesia, no discursos de Gil Vicente. Uma análise das imagens que aparecem na obra de Gil Vicente levar-nos-ia a distinguir fases — «grosso modo», uma primeira fase, de homem do campo, das lezírias, do mundo da barcagem de Tejo; depois, o homem que a partir de 1520 começa a passear pela ribeira das naus, a ver os calafates, os pilotos, os carpinteiros, e cujo horizonte se vai ampliando, chegando realmente no final a uma visão em que entra o Oriente, os Chins, o Brasil. Através da imagem nós podemos surpreender alguma coisa de profundamente moderno: é que essa imagem é frequentes vezes uma imagem técnica e uma imagem económica. O Frei Paço, quando nos apresenta o templo do Deus do Amor, l ádiz, a propósito dos tempos que vão esfriando tudo, «amar de sesmaria e cuidar de empreitada». E esta imagem não é um caso isolado: como esta outras surgem constantemente. Quando temos uma nau de amores, todo um simbolismo, esse simbolismo apoia-se numa descrição precisa de alguém que esteve na Ribeira das Naus a ver construir uma nau. Quando falo duma fase fluvial e campestre de Gil Vicente, não quero significar as imagens gerais que se encontram em toda a poesia do século XVI, as águas, o chorar, que emanando dos olhos formam os rios, etc., mas sim imagens muito precisas — é o arrais do Barreiro, é a barca de Alcochete, é o Deus que nasce na Golegã, há um conjunto de precisões que me parecem ser duma riqueza extraordinária no lirismo e no dramad e Gil Vicente através duma irrupção de sentido económico; e por outro lado chamaria a atenção, apenas como caminho, sugestão, hipótese, para a inversão total da imagem, ou do significado mesmo do que é dito, transpondo para outro plano — em que é que reside a extraordinária força do lavrador da Barca do Purgatório — é precisamente o seguinte: os lugares-comuns do amor cortesanesco são transferidos para o plano dos agravos económicos, da

SCINIGOS DE...
(S. DE)
AUTORIZADO
COM
CONTES

«O TEMPO E O MODO» N.º 33

Provas enviadas à Censura em

1.º de de 196.6

Ref. Dezembro 1965



condição das gentes: *Nós somos vida das gentes e morte de nossas vidas.* A extraordinária força deste passo está em que o jogo do amor entre os fidalgos — a morte que é vida, a vida que é morte — é aqui transposto para uma situação sentida socialmente. E se nós formos a outro auto, que é a *Romagem de Agravados*, parece-me que isso se dá na sucessão de cenas. Vemos primeiros o camponês que se lamenta de algo muito profundo, e vêm depois dois fidalgos que discutem cenas de amor. Quer dizer que há imagem na pequena frase e há imagem na própria ordenação das cenas. E todo este parece-me ser um caminho a estudar, a seguir, e que talvez chegasse a uma hipótese sobre a interpretação da obra de Gil Vicente.

L. L. C. — Este caminho indicado por V. M. G. é bastante semelhante ao que está a ser seguido pela escola de sociologia da Literatura, que se está a desenvolver agora muito em França e na Bélgica, e que me parece poder conduzir muito longe. Tanto no campo da literatura como no campo da linguística. Creio que a par dessa sociologia da Literatura se poderia fazer uma sociologia linguística, mas não bem no sentido tradicional. Nesse, sentido de reconstruir, e também podia ser aplicado o método à linguagem de Gil Vicente, reconstruir a estrutura, o sistema linguístico de que se serve e o significado dessas estruturas em função da sociedade da época e em função do do espírito do autor. Suponho que V. M. G. está mesmo pensando em estudos que estão orientados nesse sentido. Com os que Lucien Goldmann está a fazer e a dirigir. Não ir procurar naqueles aspectos, afinal mais visíveis da linguagem ou mesmo de temática de um autor aqueles que saltam mais à vista o que há de essencial, mas na maneira como se estruturam os vários elementos num sistema que tem o seu significado independentemente até dos temas tratados ou por cima dos temas tratados, na associação deles.

J. P. C. — Penso preferível como método um estruturalismo, que de resto já há uns vinte ou trinta anos que se pratica ~~em outros países.~~

L. L. C. — Eu vou mais por um estruturalismo genético do tipo do de Goldman.

V. M. G. — É o de Piaget, que é, fundamentalmente, o de Lucien Le Febvre.

J. P. C. — Parece-me que, na apreciação da obra literária, há que atender à própria obra. É, portanto, um aspecto fundamental ao considerar Gil Vicente. O que defendo é a apreciação crítica, valorativa da obra de Gil Vicente.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

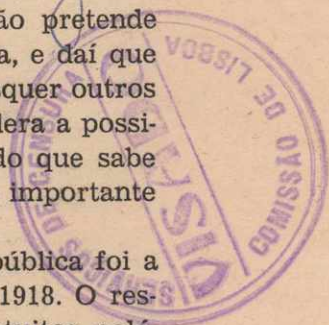
PORTUGAL E A GUERRA

Máquina

*Este artigo só é autorizado com
os cortes medievais, no
do que o título seja "Portugal e a guerra de 1914"*

ESTE artigo é, espera-se, o primeiro de uma série. Não pretende fazer passar-se por um texto de investigação histórica, e daí que se evitasse a indicação distemática das fontes ou quaisquer outros ares eruditos. Provavelmente terá erros e o autor não considera a possibilidade trágica, visto que quis apenas iniciar, de um modo que sabe inseguro e experimental, uma discussão incontrovertidamente importante para os dias presentes e futuros. E, visto isto, comecemos.

Uma das questões que mais dividiu os partidos da república foi a questão da nossa participação na guerra mundial de 1914-1918. O respectivo estudo foi durante muito tempo dominado por intuítos polémicos e as várias versões do caso foram apresentadas como histórias de exemplo e edificação. Ou se mostrava a criação do Corpo Expedicionário Português como o gesto típico da irresponsabilidade política, que envia o povo indefeso para massacres inúteis a fim de servir interesses obscuros, ou se lhe dava o aspecto heróico da desinteressada decisão, obra de combatentes genrosos, que teriam ido para as trincheiras como antigamente se ia para S. João de Acre e mais tarde se foi para Espanha. É claro que a história económica e social da república está por fazer e é claro ainda que o pouco que se fez, se fez mal. Daí que os argumentos políticos encerrados na sua especificidade e não interpretados, nos apareçam hoje como uma retórica sem grande significação ou alcance. Cada qual disse as suas frases e a seguir uns partiram para França e para África e outros ficaram. Entretanto, o facto secundário de se terem chamado uns aos outros breve ou desenvolvidamente criminosos e germanófilos é o que nos resta como ponto de partida imediato. Nem tudo, no entanto, é simples. Entre o deputado-miliciano e o integralista, entre o que aspirava a uma morte gloriosa e lamacenta nas trincheiras aliadas e o que dissertava sobre as vantagens do sistema monárquico germânico para a condução da guerra, na altura em que Sidónio já conspirava com Brito Camacho na redacção de *A Luta* para nos tirar dela, havia cambiantes e qualificações. Quando Alfredo Pimenta juntava João Chagas, Afonso Costa e Bernardino Machado na designação geral de *criminosos*, não suspeitava de certo que Chagas escrevia irado no diário, por causa do que ele considerava as tergiversações e subserviências do governo, que Bernardino era um *«abominável impostor»* e que *«a República consegue fazer uma política inglesa mais vergonhosa do que a monarquia»*. E também muitos dos que con-



«O TEMPO E O MODO» N.º 33.

Provas enviadas à Censura em

...31 de12..... de 1965



tanto ao facto das intenções manifestadas pelo governo de Sua Majestade, quanto á lialdade da titude do Governo Português para com os seus Aliados durante a guerra, e á sua prontidão, sendo solicitado, para aumentar a contribuição militar dada por Portugal á causa aliada, que se torna supérfluo repetir qualquer afirmação num assunto que já está seguramente bem estabelecido». E Egas Moniz, triunfante, acrescenta: «Nada mais claro! (...) As acusações do sr. Leote do Rego não mereciam por certo, tão larga contestação».

Mas as ilusões dos intervencionistas revelam-se ainda melhor na fundamentação das suas teses. João Chagas, no célebre folheto «Portugal Perante A Guerra», incorre na ingenuidade, terrível para um revolucionário e um ex-chefe de governo, de apresentar algumas manifestações como prova do apoio do país à participação na guerra. Diz ele: «O sentimento publico em Portugal ácerca do que deveria ser a nossa politica em face dos grandes acontecimentos que estão agitando a Europa, manifestou-se de modo tão expresisvo (isto é, efectuaram-se em Lisboa algumas manifestações, assim se deve traduzir a frase) que não é possível duvidar d'elle, e, por outro lado, se o sentimento da dignidade collectiva está obliterado n'alguns individuos, como sempre o esteve através da nossa historia, não o está na collectividade, que, segundo aquella nos ensina, foi quem, em todos os tempos, sempre tomou a iniciativa de a salvar». Habituaados aos sarcasmos e à clarividência de Chagas, mal acreditamos nos nossos ouvidos. Traz-nos ele a argumentação do povo bom e puro, traído por políticos corruptos, apontaado para o fundamentar meia-dúzia de cortejos que esses politicos organizaram. No tempo que nós cabe, já se pode sorrir disso com a confiança que a manifestação quotidiana e contraditória nos confere. E, de resto, onde estava o tal patriótico povo durante Pimenta e Sidónio? Mais adiante, Chagas soa de novo a falso. Arruma, de um lado, os liberais, fieis aos aliados e «a grande maioria da nação», do outro, os monárquicos e reaccionários, «educados sob a influencia do prestígio doutrinal da cultura allemã». E, a seguir, precisa: «A forma publica por que entre nós se traduziram os sentimentos d'esta parte da sociedade foi a opposição á intervenção de Portugal na guerra europeia». O que está certo. Porém, o que seria importante esclarecer reside nos motivos porque é essa e não outra a forma assumida pelo germanofilismo português. E também porque havia anglófilos não-intervencionistas ou, pelo menos, partidários de uma cooperação sem declaração

(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

de guerra, a que Chagas chama com desprezo «convivência». Tudo isto, no entanto, se deixa em suspenso.

Ninguém nega que a nossa aliança paritária com as potências da Entente, a nossa colaboração activa no esforço de guerra através do envio para França de um corpo de exército, a nossa autonomia diplomática fosse a melhor maneira de conquistar novos territórios em África, quando se fizesse a partilha do império alemão, e de assumir uma posição de independência e dignidade na política europeia, libertando-nos de uma vez da tutela da Inglaterra e tornando, senão inviável, ao menos, improvável a repetição de 1890. Nega-se, sim, que possuíssemos a base económica e humana para realizar o que se propunha e que, por isso, a referida política era irrealista e perigosa como Sidónio veio provar, dando na República um golpe de que ela não mais recuperou. Aliás, Chagas, numa das suas frequentes crises de desespero, reconhece-o, falando assim do povo generoso e bom de há pouco: «*Eu sinto-me humilhado, vexado, e pela primeira vez em minha vida considero com allivio, quasi com alegria a idéa de que vou partir. Está decidido que seja no domingo que vem, e esse domingo tarda-me. Parto com a idéa de voltar, ser ainda util talvez ao meu paiz, mas d'esta vez parto com pressa de o deixar, de por algum tempo o esquecer. Aqui falta tudo — autoridade, disciplina, ordem, policia. Uma só palavra convém ao que vejo: anarchia — anarchia mansa, lenta, dissolvendo tudo, apodreando tudo*». A data era 17 de Setembro de 1914, e era este o país que contraditòriamente se desejava que desempenhasse um papel significativo na guerra dos impérios inglês e francês, atlânticos e coloniais, contra os impérios da Europa Central.

VASCO PULIDO VALENTE



dizer, com Chalban-Delmas, presidente da Assembleia Nacional: «*Imaginons que le général designe un dauphin, quel tintamarre!*»

De Gaulle venceu e conseguiu ser reeleito, porém, recusaram-lhe a confiança incondicional que pedira. A França entrou no «*après gaullisme*», com o próprio general. E, ainda que muitos considerem a sua vitória, um obstáculo ao aparecimento de uma «*República Nova*» para substituir a «*Nova República*», parece-nos bem que ela, apesar de tudo, possui alguma conveniência, visto que permitirá a pausa necessária à organização e solidificação do bloco que apoiou Mitterrand. Uma coisa, todavia, é já segura: as instituições podem modificar-se, contudo, estarão sempre assentes na base sólida que é a consciência política do povo francês, a maior defesa da sua democracia.

2. Breve Sinopse do eleitorado Gaulista

Como as opiniões acerca do general são as mais díspares e contraditórias, também tudo quanto se possa dizer sobre o gaulismo e respectivos eleitores o é.

Um facto, todavia, é incontestável, Lecanuet veio dar o grande golpe, que prova que os homens não são deuses, e que só por si não chegam para manter uma situação de equívocos, como é o gaulismo, que se pretende a si própria colocado acima da esquerda e da direita. E por muito que André Malraux se esforce por dizer que o gaulismo é um movimento também de esquerda, que logicamente é um tanto desconcertante, mas se compreende. O coração de André Malraux tem razões que a razão desconhece e teses sobre o declínio das civilizações que explicam a sua posição, mas que com certeza não convencem o eleitorado, porque neste ponto as coisas são bem claras. Se Mitterrand é da esquerda e de Gaulle também então onde ficou a direita, nesta segunda volta eleitoral?

Mas passemos a outros pontos de vista. O eleitorado gaulista é predominantemente feminino e compreende-se que o seja. Já o do R. P. F. o era. O eleitorado dos movimentos centristas tem sempre a predilecção do voto feminino, substracto sociológico numericamente muito importante se não maioritário em França, mas isto é ponto assente que não merece a pena continuar a referir. Onde os paradoxos surgem é a seguir. De Gaulle o homem que está em luta com os partidos viu-se colocado na estranha situação de chefe de um partido. E a sua legitimidade de salvador da França, logo de todos os franceses independentemente de filiação política, transformou-o numa espécie de chefe de um partido monárquico, que tem os votos dos jacobinos.

E porque este é um eleitorado igualmente importante, que pensa que a grande vantagem de um chefe de Estado é ter coragem diante das metralhadoras, e que não perdoa a quem vê com indulgência «*les tuers d'Argélie*» dá a sua jacobina confiança a chefe de um partido quase monárquico.

Mais o general tem os votos daqueles desiludidos de uma IV República que viram a esquerda aceitar compromissos para eles inaceitáveis, e para quem François Mitterrand surge como ministro da IV República.

Para além disso De Gaulle teve o eleitorado de centro que gosta de o ouvir falar da França e para quem a questão Europeia não é muito importante. Importa porém fazer notar a diferença que existe entre o eleitorado Gaulista da primeira volta, que esse era o fiel, e o da segunda, que esse era o que não queria uma solução Mitterrand.

Nesta eleição o compromisso manteve-se mas o panorama foi alterado porque surgiu alguma coisa que é clara e estamos persuadidos que pode vir a ser de tendência maioritária. Lecanuet e um centro anti-gaulista e não socialista.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO COM
CORRETORES

8

NO TEMPO E O MODO N.º 33
Enviado à Censura em
30 de 12 de 1965



Concluindo: no desejo de captar a infinita diversidade da arte, parece-nos que a fenomenologia e a dialéctica são métodos necessariamente complementares de aproximação.

O método fenomenológico é dado para estabelecer a leitura do sentido, o campo das significações, a constituição do objecto.

O método dialéctico impõe-se como menos empobrecedor na apreensão de uma realidade por demais fecunda e rica de si mesma. Mas quando aplicado com lealdade: a verdade está no todo, só no todo, toda no todo, repete Hegel à saciedade. A supressão de qualquer dos elementos a fim de favorecer uma ~~prévia~~ tomada de posição (tese) aniquila e subverte o real, rejeita o que a negatividade tem de criadora, torna a síntese impossível: suprimindo o movimento, o diálogo (dialéctica é isso mesmo, diá + lógos = pela eficácia da palavra) é o eco da própria voz que equilibra os monologantes, pois «é coisa tão natural o responder que até os penhascos têm voz; e aos mudos, Deus os fez também surdos, para não rebentarem de dor disse o nosso Vieira. O silêncio é a maior perseguição».

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

OB CONTEÚDO DO PROBLEMA

Procuraremos circunscrevê-lo esquemáticamente. Poderíamos dizer: a necessidade de conquistar uma nova imanência, ou seja, como transcender, sem destruí-la, a transcendência, em direcção à imanência. Porque aqui se articulam as tomadas de posição maiores de V. F. — a arte ganha todo o relevo ao ser posta em correlação com outras tensões do homem contemporâneo: a verdade, Deus, a morte. Uma proposição introduz-nos maravilhosamente no problema: «Na submissão a uma transcendência viu um dia Proudhon, e nós com ele, a condição de toda a grande arte.» (P. 231).

A arte opera para o homem uma estranha translação para um plano de intemporalidade (p. 21), é a «forma autêntica da presença à verdade original da vida» (p. 17), tem uma função catártica, integrando-nos

GRAFICA SANTELMO, LDA.

NOME

TEMPO MODO

N.º 7910 - 1.º

ENVIADAS EM 10 / 1 / 66

RECEBIDAS EM / /

~~150~~
151

«O TEMPO E O MODO» N.º 33

«TEMPESTADE NA JAMAICA»

Provas enviadas à Censura em

... de de 1966

NÃO é muito edificante a crónica da utilização das crianças no cinema. Salvo raríssimas excepções, o princípio que a tem regido é idêntico ao que postula a mendicidade infantil: a criança é ao mesmo tempo uma isca e um anteparo — simultaneamente arma de ataque e de defesa. De defesa, pois a sua presença disfarça a miséria do pedinte que a explora, distrai-nos da sua repelente realidade parasitária. De ataque (à bolsa e um pouco à vida), porque visa o nosso softest spot, o aquilino calcanhar da alma humana. Enternecidos, tapamos a boca à consciência que nos acusa de cumplicidade com um estado de coisas que aproveita a todos menos à pobre da criança... e capitulamos. No cinema como na rua: é de todos os dias a nossa participação complacente nesse infame comércio que não respeita domingos (de Cybele), nem feriados (na Disneylândia). Todos os dias são úteis para os traficantes de balões mais ou menos vermelhos, de botões mais ou menos guerreiros — enquanto houver meninos para impingir a mercadoria e papalvos para a comprar.

As excepções — filmes autênticos com crianças autênticas — são tão raras como raros são os autênticos poetas das imagens em movimento. Por isso que no cinema, como na infância, há o primado da imagem sobre a ideia, do concreto sobre o abstracto, da contemplação sobre a reflexão, da acção sobre a deliberação, do gesto sobre a palavra, do fantástico sobre o corriqueiro — por isso, todo o autêntico cineasta e só ele tem acesso ao mundo da criança — por isso, a prova da autenticidade, a pedra de toque, do cineasta é a sua capacidade de recriar o mundo como uma criança. E que não se veja nesta afirmação a impossibilidade de o cinema abordar temas adultos. Concluir isso seria tão miope como negar às crianças a percepção da parte adulto do mundo humano que as rodeia — mas, seria negar-lhes a curiosidade e a ânsia de identificação que



SERVIÇOS DE CENSURA
ESTADO:
AUTORIZADO
COM
CORTE



opostas, não era fácil que o público se apercebesse da importância de poetas como Jorge de Sena, Tomas Kim, Ruy Cinatti, José Blanc de Portugal e Sôphía de Mello Breyner Andresen, que então começavam a surgir nas revistas da época (e foram então muito significativos Os Cadernos de Poesia e a revista Aventura) e nos seus primeiros livros. Não é escusado dizer que se o público se tivesse percebido deles era prova de que a sua importância era mínima, pois viriam trazer o que ele lhes pedia e era fácil dar-lhe.

Mas enquanto Cinatti e Kim cedo fecham um primeiro ciclo da sua obra (e cada um iniciaria um novo ciclo bastantes anos depois, com O Livro do Nómada Meu Amigo e Fauns & Flora, respectivamente) e Jorge de Sena e Sôphía de Mello Breyner Andresen prosseguem na sua obra e colhem nos anos 50 uma profunda e admirável plenitude, a obra de J. B. de P. cresce lenta, difícil, dir-se-ia que muito dolorosamente. O clima de suspeição e de recusa que em torno daqueles cessou de existir (porque uma nova cotação de valores processada vagarosa mas firmemente veio trazer ao primeiro plano da nossa poesia os seus nomes e de outros mais velhos até então menosprezados, como Vitorino Nemésio, enquanto outros começam a sofrer uma cada vez maior depreciação, e estão nesles alguns presencistas e alguns neo-realistas) manteve-se, contudo, para J. B. de P. e não cessou ainda, o que pode surpreender alguns mas julgo que não ele próprio.

Pois, director dos Cadernos de Poesia e tradutor de T. S. Eliot, quem se afasta dos seus versos chamando-lhes herméticos, fica satisfeito consigo próprio por se desculpar com ele ser um dos influenciados pela poesia inglesa, embora encontre também a transporência que levará outros a negar-lhe qualidade e até o seu claro prosaísmo rescedente ao século XVIII; católico, — O Espaço Prometido é disso afirmação inequívoca e singular — a sua poesia move-se

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

26